

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM DIÁLOGO DA PRÁTICA DOCENTE

Daniela Ferreira Sousa Carvalho

Dani.ebia@hotmail.com

Marizete Lucilia Rocha da Silva

Letícia Cardoso Bejarano

lecardosobejarano@gmail.com

Talissa Regina Senna Schiavon

talissarruda@hotmail.com

OMEP/BR/MS

Eixo Temático: Escutas dos/as professores/as da infância.

Categoria: Painel

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve reflexão da prática pedagógica, desenvolvida por meio de um estudo fundamentado mediante a prática vivenciada com uma criança com síndrome de Down, no IEMS (Instituto de Educação Professora Marisa Serrano). Destacar os anseios e desafios que a Educação Especial nos proporciona, garantindo uma inclusão de qualidade, beneficiando assim o seu pleno desenvolvimento. Evidenciar o aprendizado e conhecimento que adquirimos ao longo dessa experiência prazerosa, e que permeia a educação especial. Utilizamos como embasamento teórico documentos como o Referencial Curricular Nacional, LDB, ECA.

PALAVRAS – CHAVE: Educação Especial, Inclusão, Criança,

INTRODUÇÃO

A educação é garantia e um direito de todos, com isso as ações cotidianas escolares contemplam uma atuação social e desencadeia um papel importante e indispensável para a Inclusão Social. Nos dias atuais uma educação de qualidade é exigida para todos e conseqüentemente os acessos às instituições de ensino, e se tratando da educação infantil o ingresso de crianças com deficiência se torna cada vez mais essencial para sua formação integral, propondo uma convivência escolar de qualidade e com a normalidade de qualquer outra criança, sempre respeitando o seu desenvolvimento. O papel do professor é fazer com que sejam vivenciados e aprimorados os conhecimentos,

gerando a adaptação, interação e exercendo o papel de mediador na sua prática docente que na educação especial engloba fatores fundamentais para a experiência em sala.

Neste artigo será embasado com renomados documentos que trazem a discussão da inclusão escolar das crianças com necessidades especiais como o Referencial Curricular Nacional, as Leis de Diretrizes e Bases, Estatuto da criança e do adolescente.

Será relatada a experiência da nossa prática pedagógica com uma criança com Síndrome de Down, no IEMS (Instituto de Educação Infantil Professora Marisa Serrano) mantida pela OMEP (Organização Mundial para Educação Pré Escolar) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

1- O ACESSO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

A educação especial tem se tornado um assunto constantemente debatido, dentro do cenário educacional, garantindo o acesso como direito de todos na educação escolar refletindo em uma inclusão de qualidade para essas crianças, porém apesar da universalização da inclusão o que vemos é um paradoxo da inclusão/exclusão.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001)".

Sendo assim, apesar de muitas crianças com necessidades especiais estarem inseridas no contexto escolar, o que se pode notar são crianças que não estão recebendo o atendimento necessário que corresponda com as suas especificidades, privando assim seu desenvolvimento e aprendizagem.

Por muito tempo acreditou-se que a educação especial, funcionasse de forma paralela ao ensino regular. Hoje graças à constituição federal de 1988, a LDB 93/96, o ECA, o

plano nacional de educação, e os PCNS esses direitos são garantidos em forma de lei garantindo assim o acesso e a permanência. A Constituição em seu artigo 205 define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. Sendo assim o Estado deve oferecer e garantir a oferta para o atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A inclusão de crianças com necessidades especiais deve ser pensada com base em um conjunto de ações para melhor recebê-la, ações essa que devem começar pela organização de um currículo que seja bem elaborado com profissionais capacitados, com uma gestão participativa, financiamento destinado a essa modalidade e acessibilidade da criança, assim como materiais pedagógicos que atenda as suas necessidades.

Os alunos com e sem deficiência são únicos, singulares, não se repetem. Suas necessidades e especificidades não são generalizáveis – cada um é um. Assim, espera-se que a escola, ao abrir as portas para tais alunos, informe-se e oriente-se com profissionais da educação e da saúde, sobre as especificidades e instrumentos adequados para que todo aluno encontre na escola um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível. (BRASIL, 2007, P.42).

Sendo assim o currículo deve ser pensado de forma dinâmica, tanto para o professor que deve elaborar um planejamento de atividades que seja flexível, onde os objetivos gerais são para todos, porém a didática deve ser ajustada conforme as necessidades da criança. Cabe à escola repensar os fatores organizacionais e estruturais na sala de aula, para beneficiar a todos.

Portanto é fundamental que se tenha como ponto de partida que o indivíduo constrói seu próprio conhecimento e que a aprendizagem é um processo de construção diversificado e cada um tem o seu ritmo determinados pela interação, experiências vividas, pelos conhecimentos compartilhados em grupo, garantindo a participação efetiva em seu meio de convivência.

2- (VI) VENDO A INCLUSÃO

Educação inclusiva é o que aconteceu na nossa prática aprimorada a fim de tornar uma educação para todos e atender à criança com síndrome de down, que chegou ao nível II

B (crianças de 3 anos) na Instituição IEMS (Instituto de Educação Professora Marisa Serrano) mantida pela OMEP /BR/MS (Organização Mundial de Educação Pré-Escolar/ Mato Grosso do Sul).

A criança é uma menina simpática, alegre, carismática e carinhosa, que encanta com seu jeito de ser. Atenta as coisas que acontecem ao seu redor aprende rápido, apesar de suas limitações de entendimento em suas ações nos afazeres diários. Sabendo disso e respeitando o seu ritmo é que nós professoras atendemos suas necessidades no dia a dia, esperando-a quando preciso para colocar um sapato ou falando mais devagar, por exemplo.

A socialização com a turma foi excepcional (e com todos da instituição), nas brincadeiras e nas atividades, em que por muitas vezes as crianças sempre corriam para ajudá-la a colocar um sapato, ou para ajudá-la em algo ou mesmo para levá-la a algum lugar indo de mãos dadas. O resultado dessa convivência foi um ambiente de solidariedade, companheirismo, de respeito ao outro e de responsabilidade aprendendo todos com a diversidade.

Para o desenvolvimento da criança, a convivência com outras pessoas desempenha um papel importantíssimo em seu aprendizado. OLIVEIRA (1995, P.89) seguindo o pensamento de VYGOTSKY afirma que: “O que a criança é capaz de fazer hoje em cooperação, será capaz de fazer sozinha amanhã”. Seguindo o pensamento do autor citado só acontece o aprendizado quando a criança entra em contato com outros sujeitos com nível de desenvolvimento diferente, havendo cooperação entre os indivíduos, favorecendo a aprendizagem. Pode-se ver isso no pensamento de VYGOTSKY quando OLIVEIRA (1995, p. 59-60) explica o desenvolvimento real e proximal. A zona de desenvolvimento real é aquele conhecimento já existente, e a zona de desenvolvimento proximal é aquele conhecimento que eu ainda não tenho e estou em buscando adquirir, após adquiri-lo ele passará a ser real, e assim sucessivamente, como uma grande escada cheia de degraus, onde vou subindo um à um, o aprendizado é aquele que é orientado para o futuro, e não para o passado ou seja, só acontece aprendizagem quando o aluno constrói o conhecimento. (Educação infantil, cidadania e educação inclusiva, Cuiabá, 2008, p. 50).

Mas, com a intenção de desenvolver a autonomia da criança começamos deixá-la calçar seus sapatos, a se vestir, a tirar a agenda e guardar as suas roupas na mochila, enfim tudo que as outras crianças também faziam e tiveram dificuldades como ela, resultando na conquista de tentar e conseguir fazer.

Em síntese, cabe ao educando individualizar a sua aprendizagem e isso ocorre quando o ambiente escolar e as atividades e intervenções do professor o liberam, o emancipam, dando-lhe espaço para pensar, decidir e realizar suas tarefas, segundo seus interesses e possibilidades. (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão Brasília, setembro de 2004 p.34)

A nossa rotina foi sempre planejada e flexível com ambientes, materiais, espaços e atividades reconhecendo as necessidades da faixa etária, a individualidade e o ritmo de cada um, respeitando a cultura de cada criança, tendo o cuidar e o educar indissociáveis nesse processo cotidiano, apresentando como eixo norteador em nossas práticas pedagógicas as interações e as brincadeiras para um sentido significativo de aprendizagem nas crianças.

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (RCNEI – Formação pessoal e Social, Brasília, 1998, p. 22)

E nessa rotina a criança acompanhava perfeitamente a turma, sabendo a localização desses lugares que íamos como brinquedoteca, teatro aberto, casa de boneca, quadra e pátio, além de participar ativamente dessas interações, brincando e guardando.

Outra conquista da autonomia foi o acesso ao bebedouro no pátio (abrir e fechar a torneira e controlar a quantidade de água) e ir ao banheiro, no qual iniciou no vaso menor chegando ao vaso maior independentemente, sendo uma alegria só.

Apesar de falar pouco, a criança nas rodas de conversa sempre escutava atentamente as músicas e o que se falava nesse momento de comunicações e expressões dos colegas e professoras. Para ajudar no desenvolvimento de sua linguagem oral, muitas músicas e histórias foram exploradas, ampliando seu vocabulário e imaginação, além da interação social. Com o tempo nomes de alguns colegas e professoras foram sendo ditos, mas ainda havia um longo caminho a percorrer nessa habilidade do desenvolvimento da sua fala.

Sua expressão corporal é ótima, visto nos momentos de danças e brincadeiras atuando em apresentações teatrais, musicais e desfiles, nos eventos como seminários e sextas culturais (apresentação interna).

E como esquecer daquelas “caras, bocas e movimentos” dimensões expressivas significativas, que o corpo todo entrava em sintonia para a comunicação com gestos, mímicas faciais, posturas e ritmos como manifestação ideias, sensações, sentimentos e vontades da criança.

O faz-de-conta também esteve presente nas brincadeiras e utilizando as fantasias, imitando, imaginando e representando coisas que podiam ser outras enriquecendo sua identidade.

A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre as pessoas, sobre o eu e sobre o outro. (RCN – Formação pessoal e social, 1998, p. 22).

Caminhando junto com a escola a família da criança foi sempre parceira dialogando e participando dos eventos, em prol de uma educação de qualidade e que atendesse as especificidades da criança.

A família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores e a comunidade é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. A participação da família e da comunidade traz para a escola informações, críticas, sugestões, solicitações, desvelando necessidades e sinalizando rumos. Este processo, ressignifica os agentes e a prática educacional, aproximando a escola da realidade social na qual seus alunos vivem. (Educação inclusiva: v. 1: A fundamentação filosófica, Brasília, 2004, p. 9).

Sendo assim, é certo que as crianças aprendem pela atividade que realizam pelo que pensam pelo que vivem pelo que percebem pelo que sentem..., e é nesse processo que vai se formando sua personalidade, suas capacidades, suas habilidades, as qualidades humanas e com ela não foi diferente.

Recordamos no início quando recebemos esse desafio de trabalhar com essa criança, admitimos que no primeiro momento sentimos medo e uma certa ansiedade ao depararmos com tal situação. Mas ao longo dos dias todo medo e incertezas foram se transformando em alegria e privilégio por ela fazer parte de nossa turma, pois antes mesmo, de procurarmos recursos específicos para trabalhar com essa criança ela mesma, mostrou que a capacidade dela não indefere a dos demais. Começamos então a perceber que a nossa prática pedagógica desenvolvida não seria diferente em relação a ela, foi necessário apenas algumas modificações para atendê-la melhor em suas especificidades, para que sua inclusão em nossa sala fosse de qualidade, priorizando a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo refletimos sobre a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais na educação escolar. Acreditamos que a inclusão não é apenas uma ação que envolve as relações inter e intrapessoais, ela vai além do simples ato de inserir a criança na instituição, mas com um significado amplo de participar, de compreender, envolver e aprender.

Sabemos que neste caso não há um currículo especial para se trabalhar o que fizemos foi proporcionar para todos o brincar, a contação de história, roda de conversa, arte como forma de prazer e expressão e interação, possibilitando a todos trocas significativas de experiências e aprendizagens.

Cabe a nós professores compreendermos que cada criança é única e singular, com possibilidades e dificuldades diferentes, no qual elas podem com seus desafios crescer e aprender como pessoas na sua plenitude.

Sendo assim o apoio da família é fundamental para que se estabeleçam estratégias e cooperação contínua para que junto com a instituição escolar favoreça o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

E24e Educação inclusiva: v. 1: **a fundamentação filosófica** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.28 p.

Tirado às 16h18min do dia 13/04/2014

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

Pereira, Jacira Helena do Valle Educação Infantil, cidadania e educação inclusiva/ Jacira Helena do Valle Pereira, Rosana Carla Gomes Gonçalves Cintra – Cuiabá: EDUFMT, 2008.

O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. . Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares. Atendimento Educacional Especializado e a Educação Escolar. (2010)